

DROPOUT IN UNDERGRADUATE COURSES AT BRAZILIAN FEDERAL UNIVERSITIES

MELO, M. K, ALVES, A. I.

Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1024-0986>*

[k_mcosta@ufg.br/](mailto:k_mcosta@ufg.br)

Submetido 14/01/2024 - Aceito 12/12/2025

DOI: 10.15628/holos.2025.18549

ABSTRACT

This work is characterized as a State of the Art and aims to map and understand some of the causes of dropout in undergraduate courses (in-person) at Brazilian Federal Universities, based on scientific studies derived from theses and dissertations. The time frame covered the period from 2017 to 2023. The basis for data collection was the Capes Theses and Dissertations Database using the descriptors "dropout" and the filters: major area of knowledge: Human Sciences; areas of knowledge: Sociology and Education; Federal Universities. The research continued a previous study, specifically that of Paula (2021), which sought to understand the relationship between dropout and socioeconomic status in federal public higher education. To this end, he presented, in a part of the thesis, a survey of theses and dissertations on the

subject, in Brazil, in the period from 1995 to 2016. In a similar vein, the study in focus identified 40 (forty) works: 32 (thirty-two) dissertations and eight theses. Seven of these works have currently been analyzed: those defended in 2022 and 2023. This number is due to the fact that the research is still in its incipient stage. According to the studies, challenges still need to be faced in order to ensure the student's permanence in the course, avoiding dropout, such as: ensuring student assistance from the beginning to the end of the course; establish a support network for vulnerable students and freshmen; create a policy of permanence in the racial sphere; better understand the relationship between the university and the world of work; institute a policy for the control and monitoring of dropout, among others.

KEYWORDS: Evasion; Brazilian Federal Universities; Graduation.

A EVASÃO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

RESUMO

Este trabalho, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), se caracteriza como Estado da Arte e tem como objetivo mapear e conhecer algumas das causas da evasão nos cursos de graduação (presenciais) em Universidades Federais brasileiras, provenientes de estudos científicos decorrentes de teses e dissertações. O recorte temporal abrangeu o período de 2017 a 2023. A base para coleta de dados foi o Banco de Teses e

Dissertações da Capes a partir dos descritores "evasão" e dos filtros: grande área do conhecimento: Ciências Humanas; áreas do conhecimento: Sociologia e Educação; Universidades Federais. A pesquisa deu continuidade a um estudo anterior, no caso, o de Paula (2021), que procurou entender a relação evasão e situação socioeconômica no ensino superior público federal. Para tanto, apresentou, em uma parte da tese, um levantamento de teses e dissertações sobre o

tema, no Brasil, no período de 1995 a 2016. Em linha similar, o estudo em foco identificou 40 (quarenta) trabalhos: 32 (trinta e duas) dissertações e oito teses. Sete desses trabalhos foram, neste momento, analisados: os defendidos em 2022 e 2023. Esse quantitativo se deve em função de a pesquisa ainda estar em etapa incipiente. Segundo os estudos, desafios ainda precisam ser enfrentados a fim de

assegurar a permanência do estudante no curso, evitando a evasão, como: garantir assistência estudantil do começo ao fim do curso; estabelecer rede de apoio para estudantes vulneráveis e ingressantes; criar política de permanência no âmbito racial; entender melhor a relação universidade e mundo do trabalho; instituir política de controle e acompanhamento da evasão, dentre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Evasão; Universidades Federais brasileiras; Graduação.

APRESENTAÇÃO

Este estudo se vincula a um outro, o de Paula (2021), e tem como propósito identificar as causas da evasão nos cursos de graduação das Universidades Federais brasileiras, a fim de que essas causas possam embasar ações capazes de melhor enfrentar este fenômeno. Como uma parte do trabalho de Paula (2021) mapeou pesquisas sobre evasão no Brasil no período de 1995 a 2016, o estudo em voga segue trajeto similar e busca identificar pesquisas percorrendo anos subsequentes, no caso, de 2017 a 2023.

Sabe-se que, no Brasil, a ampliação do acesso às Universidades Federais, que teve início nos anos 2000, trouxe como desafio a permanência e o sucesso estudantil. Estudo recente, proveniente de pesquisa Fapesp, feita por Andrade (2023), apontou que:

Desde 2019, caiu de patamar o número de estudantes de instituições públicas de ensino superior do Brasil que conseguem concluir a graduação. Foram 251.374 naquele ano, 3% a menos que no período anterior. A situação se agravou na pandemia, com a suspensão das atividades presenciais e atraso na conclusão do ano letivo. Em 2020, o contingente de formados despencou para 204.174, queda de 18,7% em relação a 2019. Voltou a subir em 2021, para 219.342, mas ainda se encontra nos níveis de quase uma década atrás. (Andrade, 2023, s/p).

Mesmo com o aumento de concluintes em 2021, esse número não alcançou o valor dos de 2019, como destaca o estudo. Isso significa dizer que o índice de concluintes da graduação nas Universidades Públicas brasileiras não tem atingido patamar crescente. O estudo aponta que as causas para isso são diversas e incluem o fato de que o repasse de verbas às Universidades caiu 45% de 2018 a 2022; o orçamento do Programa de Assistência Estudantil (Pnaes) também diminuiu em 18,3% de 2019 a 2021. Ao citar a pesquisa de Paula, Andrade (2023) destaca ainda que muitos dos estudantes que evadem das Universidades Federais retornam ao ensino superior, não raro, em instituição privada e em curso EaD. Isso significa dizer que a evasão é fenômeno complexo e não, necessariamente, está atrelado à desvinculação do estudante do ensino superior.

Entender este fenômeno é importante para tomadas de decisão e elaboração de práticas possíveis a fim de garantir ao estudante o término do curso. Esta pesquisa visa justamente isto: entender sobre evasão a fim de encontrar caminhos para o enfrentamento desse problema. O relatório da Sissa [\[1\]](#), publicado em 2022, apresenta um panorama sobre a evasão no período de 2010 a 2019. Os dados abarcam, além da Universidade Federal de Goiás (UFG), a Universidade Federal de Jataí (UFJ) e a Universidade Federal de Catalão (UFCAT). O conceito de evasão adotado, em tal caso, é o do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais Anísio Teixeira (Inep), entendido como saída antecipada do estudante do curso, antes de sua finalização, por desistência, independentemente do motivo. Segundo o relatório:

[...] a evasão será calculada considerando a saída do aluno de seu curso antes de sua efetiva conclusão, mesmo quando o discente realiza uma transferência de curso dentro da mesma instituição. Ou seja, a evasão será determinada do ponto de vista dos cursos e não da instituição ou do sistema de ensino. Desta forma, em cada ano, a taxa de evasão é definida pela soma de alunos

transferidos ou desvinculados do curso sobre o total de estudantes nas seis situações acima mencionadas. (Relatório Sissa, 2022, p. 8).

As situações citadas, tendo como base o Censo da Educação Superior foram: matriculado, concluinte, trancado, desvinculado, transferido, falecido. Como resultado, o relatório apresenta que a taxa média de evasão no curso de graduação da UFG é inferior à taxa regional e nacional. Além disso, assegura que:

[...] a UFG tem conseguido manter suas taxas médias de evasão abaixo das médias correspondentes do sistema federal de ensino superior, com destaque para as áreas de Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), Engenharia, Produção e Construção, Negócios, Administração e Direito, Saúde e Bem-estar, nas quais a UFG performa abaixo das médias nacionais com folga considerável. (Relatório Sissa, 2022, p. 14).

Em relação aos graus bacharelado e licenciatura, a evasão é maior nos cursos de licenciatura. Todavia, a oscilação entre os graus segue um padrão aproximado. O relatório aponta que, ainda em etapa não conclusiva, a Pró-Reitoria de Graduação da UFG aprovou normativas para esse enfrentamento, sendo elas: as Resoluções CEPEC nº 1692, 1693 e 1697. Nesse sentido, entender como Universidades Públicas tem lidado com a evasão é importante porque evita repetição de rotas infrutíferas e mostra caminhos cujos resultados podem ser promissores. O objetivo deste estudo é, então, mapear estudos sobre evasão nas Universidades Federais brasileiras no período de 2017 a 2023, buscando identificar o que eles destacam como causa desse fenômeno.

O FENÔMENO DA EVASÃO

Silva e Mariano (2021) recuperam o conceito de evasão ao apresentá-lo, inicialmente, a partir dos questionamentos de Tinto, que mostrava, na década de 1970, que trabalhos acadêmicos não diferenciavam fracassos de abandonos voluntários, evasões definitivas de temporárias, abandono de transferências entre instituições. Situação que incapacitava a compreensão do fenômeno em questão, dificultando a formulação de políticas públicas para lidar com esse problema. Os autores expõem o debate agrupado em três matrizes: a) conceito de evasão elaborado pela Comissão do MEC – evasão de curso, de instituição e de sistema; b) conceito alicerçado em Tinto que parte da trajetória do estudante; c) conceito firmado enquanto problema público, com a saída do discente do ensino superior a partir de fatores excludentes que independem da vontade do estudante (Silva *et al.*, 2019 *apud* Silva; Mariano 2021). Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP), para os autores, a evasão independe de motivo e explicita uma condição terminativa de insucesso:

Antes de tudo, a evasão é aqui definida como uma saída antecipada, indicando a compreensão de que haveria um tempo adequado para esta, coincidente com a diplomação. Tal saída é registrada independente do motivo, ou seja, sem que haja qualquer atenção para a causação que a produz. Isto quer dizer que, aos olhos do INEP e do MEC, as razões da perda de vínculo não são importantes

para caracterizar o fenômeno, pois, quaisquer que sejam as causas, a interpretação se limitará a compreendê-lo como uma simples perda de vínculo (Silva; Mariano, 2021, p. 7).

Decorrem dessa definição, de acordo com eles, problemas como a não identificação de causas da evasão; possibilidade de reingresso e outros vínculos; associação direta entre evasão e insucesso acadêmico, tendo em vista o fato de que educação superior tem finalidades que não se restringem ao cumprimento de créditos e diplomação; a exclusão da evasão por falecimento.

Para Paula (2021), os estudos sobre evasão no Brasil são recentes e estão associados às transformações no ensino superior no país, como, por exemplo, aumento de vagas, políticas de democratização de acesso e eficiência de investimentos públicos. Pelo mapeamento feito pelo autor de teses e dissertações sobre o assunto, no período de 1995 a 2016, o salto quantitativo em relação à discussão ocorreu entre os anos de 2011 a 2016. De 1995 a 2010, foram produzidos 96 trabalhos; de 2011 a 2016, houve 223 novas pesquisas sobre o assunto. No entanto, a crítica feita por ele, em relação a esses trabalhos, é de uma visão pormenorizada que dificulta a compreensão do fenômeno, já que grande parte dos estudos está voltada a determinados cursos ou instituições, não apresenta orientações teóricas explícitas.

O autor destaca também a ausência de acompanhamento sobre disposições dos estudantes no ensino superior, como ocorre em outros países. Dos estudos da década de 1990, ele pontua a relação da evasão com a expectativa profissional, em que cursos com baixos salários e condições inadequadas de trabalho, diferentemente dos renomados e com perspectiva elevada de valorização profissional, têm maior dificuldade em manter os estudantes a eles vinculados. A escolha profissional, marcada pela idealização da profissão, e os desafios de adaptação dos estudantes, num contexto que exige iniciativa própria e posturas críticas, e não direcionadas, em relação aos conteúdos, acabam também explicando a evasão nos primeiros anos do curso.

Nesse mesmo período, houve um esforço interinstitucional, sob o auxílio do Ministério da Educação (MEC), para entender sobre evasão e diplomação no ensino superior. Para tanto, foi criada, em 1995, a Comissão Especial de Estudos sobre Evasão que elaborou um estudo amplo sobre o assunto nos cursos de graduação, estabelecendo a relação entre evasão e prestígio de curso, reputação e tradição da instituição. Em 2017, outro estudo foi desenvolvido pelo INEP e mostrou que quase cinquenta por cento dos estudantes não concluem o curso superior, seja em instituição estadual, seja federal. Todavia, a pesquisa de Marques (2020 *apud* Paula, 2021) destacou a saída e o reingresso dos estudantes em momento posterior, geralmente no mesmo ano ou no ano seguinte à evasão. Esse retorno, muitas vezes, ocorre em áreas similares às anteriormente escolhidas. Por essa razão, Paula (2021) destaca a importância de se distinguir evasão de curso e evasão do sistema, ou seja, em estudos sobre evasão, necessário observar se, de fato, o estudante evade do sistema ou se ele migra de um curso a outro.

Dentre outros fatores que estiveram associados à evasão, nos estudos mapeados por Paula (2021), é possível citar: percepção equivocada da vocação para o curso escolhido; informações insuficientes sobre ele; dificuldades acadêmicas; problemas familiares e/ou

financeiros; decepção em relação ao curso. Houve estudo que constatou que o percentual de evasão é maior em ingressantes de ampla concorrência. Resultado não unânime, já que na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por exemplo, não há diferença relevante entre o percentual de evasão de alunos atendidos ou não por ações afirmativas. Outro dado apontado no estudo de Paula (2021) foi sobre o impacto do Sistema de Seleção Unificado (SiSU) nos índices de evasão, uma vez que, por exemplo, o “Sisu incentivaria a propensão dos candidatos a optarem por cursos ou instituições menos desejados, ao perceberem as informações mais atualizadas sobre suas chances de admissão” (Paula, 2021, p. 68). Essa opção, posteriormente, resultaria em evasão, pois resolvia um problema apenas imediato: o ingresso na Universidade Pública.

METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza como Estado da arte ou Estado do conhecimento cuja descrição é apontada por Vasconcellos, Silva e Souza (2020, s. p.):

O Estado da Arte e o Estado do Conhecimento são denominações de levantamentos sistemáticos ou balanço sobre algum conhecimento, produzido durante um determinado período e área de abrangência. Dessa forma, os pesquisadores que decidem fazer um Estado da Arte ou Estado do Conhecimento têm em comum o objetivo de “olhar para trás”, rever caminhos percorridos, portanto possíveis de serem mais uma vez visitados por novas pesquisas, de modo a favorecer a sistematização, a organização e o acesso às produções científicas e à democratização do conhecimento.

Para os autores, esse tipo de pesquisa é importante porque, por ela, é possível acompanhar o percurso da ciência, estabelecer relações com áreas afins, e que, no Brasil, grande parte dos estudos com essa denominação, na área de Educação, por exemplo, estão atrelados aos cursos de pós-graduação. Os autores ainda destacam que o uso dos termos Arte ou Conhecimento não necessariamente é unânime.

Para este estudo os dados foram coletados no Banco de Teses e Dissertações da Capes, no caso, teses e dissertações produzidas no período de 2017 a 2023. Em âmbito nacional, o ensino é conhecer e apresentar o resultado de pesquisas sobre a evasão nas Universidades Federais brasileiras. A sessão a seguir detalhará a trajetória feita.

ANÁLISES E DISCUSSÕES

A pesquisa teve como base a consulta no Banco de Teses e Dissertações da Capes, compreendendo o período de 2017 a 2023, a partir do descritor “evasão” e dos seguintes filtros: áreas do conhecimento Ciências Humanas, Sociologia e Educação, Universidades Federais

brasileiras. A coleta de dados não envolveu, portanto, pesquisas voltadas às Universidades Estaduais, aos Institutos Federais, à Educação Básica, aos cursos técnicos, às modalidades de ensino. Também se limitou aos cursos em formato presencial e não cursos EaD. O recorte temporal deu continuidade a um estudo anterior, no caso, o de Paula (2021), cujo objeto de pesquisa procurou entender a relação evasão e situação socioeconômica dos estudantes. O estudo de Paula (2021) apresenta, em uma parte da tese, um levantamento em nível nacional de teses e dissertações sobre o tema evasão nas Universidades Federais brasileiras no período compreendido de 1995 a 2016.

No caso da pesquisa em questão, cujo recorte é de 2017 a 2023, numa busca inicial, foram encontrados 40 (quarenta) trabalhos, alguns deles não possuíam no título a palavra “evasão”, mas, a partir da leitura do resumo, por tratarem sobre o assunto, foram inicialmente selecionados. Uma vez pontuados os critérios de inclusão (estudos voltados às Universidades Federais, aos cursos de graduação presenciais), foram selecionados os seguintes trabalhos:

Quadro 1 – Teses e dissertações sobre evasão – 2017 a 2023

1 MIRANDA, Welton Pinto de. Evasão e retenção no ensino superior: o caso do curso de ciências contábeis do campus sede da UFJF. 17/10/2019 193 f. Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública Instituição de Ensino: Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.
2 SANTOS SOUZA, Thays. Estudo sobre a evasão em cursos de graduação presenciais na Universidade Federal de Goiás - UFG. 2017, 219f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Gestão e Negócios, Catalão, Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional (profissional), Catalão, 2017.
3 FERREIRA, Anna Karyne Martins e Silva. Evasão no ensino superior: uma análise no curso de agronomia da Universidade Federal Do Cariri. 2019, 121f. Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior. Instituição de Ensino: Universidade Federal da Paraíba. (João Pessoa), João Pessoa, 2019.
4 RATUSNIAK, Celia. Processo por abandono intelectual e os efeitos da judicialização da evasão escolar: gênero, raça, classe social e as biopolíticas que produzem o fracasso escolar e as expulsões compulsórias. 2019, 272f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.
5 CAETANO, Fernanda de Oliveira Souza. A evasão no primeiro ciclo do Bacharelado em Ciências Exatas da UFJF. 2020, 259f. Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública Instituição de Ensino: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2020.
6 JANUARIO, Gerson da Silva. Evasão nas licenciaturas da UFAC: um estudo nos cursos de graduação do centro de educação, letras e artes da UFAC. 2019, 133f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2019.
7 VIANA, Mariana Marilack Gomes. Trajetória acadêmica de estudantes cotistas negros(as): o que há para saber para além do desempenho e da evasão? 2020, 102f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.
8 SA, Thiago Antonio de Oliveira. Por que eles se vão? O abandono no ensino superior público pós-expansão do acesso. 2019, 218f. Doutorado em Sociologia Instituição de Ensino: Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

9 PEDRO, Claudia Braganca. Medida de incidência e fatores associados à evasão em cursos de graduação. 2018, 144f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Paraná, 2018.
10 SANSEVERINO, Luiz Felipe Ferreira. Problemática sobre a evasão no ensino superior e o programa de orientação vocacional. 2019, 108f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
11 SILVA, Roberta Oliveira Mattos da. Retenção e evasão nas disciplinas iniciais ofertadas pelo Departamento de Matemática da UFJF. 2020, 135f. Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública Instituição de Ensino: Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.
12 RODRIGUES, Katia Aparecida. O programa de aviso por infrequência de aluno (apoia): um estudo de sua efetividade no combate à evasão escolar em Chapecó, SC. 2019, 124f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019.
13 LOPES, Ricardo Cortez. Evasão e persistência de alunos de graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: um estudo moral das representações sociais. 2019, 200f. Doutorado em Sociologia. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
14 CARVALHO, Mageana de Freitas Souza de. Evasão no ensino superior: uma análise da desistência de alunos dos cursos de graduação no campus sede da Universidade Federal do Acre. 2019, 100f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2019.
15 CARNEIRO, Luci Annee Vargas. Desempenho acadêmico no ensino superior: uma análise contextual. 2017, 171f. Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.
16 JACINTO, Maria Goretti da Silva Martins. Reflexos da instituição das cotas raciais e sociais nas licenciaturas de uma universidade pública brasileira. 2022, 120f. Mestrado Profissional em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2022.
17 RIBEIRO, Marcia Ferreira. Evasão no ensino superior: o caso do bacharelado interdisciplinar em ciências humanas da Universidade Federal de Juiz De Fora. 2018, 114f. Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública Instituição de Ensino: Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.
18 BENTO JUNIOR, Genival Souza. A evasão, a reorientação da escolha do curso e a integração do estudante: o caso de graduandos da UFV. 2022, 122f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2022.
19 SANTOS, Natinelle de Meneses Pinheiro. Práticas de gestão na educação superior: um olhar sobre a retenção e a evasão nas licenciaturas do centro de ciências humanas, sociais e agrárias da Universidade Federal da Paraíba. 2023, 262f. Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior. Instituição de Ensino: Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa), João Pessoa, 2023.
20 SANTOS JUNIOR, José da Silva. Institucionalização de políticas de controle à evasão em universidades federais brasileiras. 2022, 574f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2022.
21 ABREU, Alan. Estudo sobre a retenção e a evasão de alunos do curso de graduação em física diurno da Universidade Federal de Juiz de Fora. 2018, 138f. Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública Instituição de Ensino: Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

22 FACHINETTI, Tamires Aparecida. Expansão e evasão na Universidade Federal do Estado de São Paulo: uma análise sobre o REUNI. 2022. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.
23 CIRNE, Gilton Nunes. Reprovação e evasão nos cursos de engenharias e exatas do campus Campina Grande da UFCG. 2021, 117f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2021.
24 POZOBON, Luciane Leoratto. Políticas de assistência estudantil da Universidade Federal de Santa Maria/RS: estratégias de permanência do estudante na educação superior. 2019, 164f. Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Maria, 2019.
25 PEREIRA, José Aparecido Alves. Permanência, evasão e titulação estudantil na Universidade do Estado da Bahia (UNEB): o caso do Campus XII – Guanambi. 2021, 199f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
26 SILVA, Gideon Soares da. Retenção e evasão no ensino superior no contexto da expansão: o caso do curso de engenharia de alimentos da UFPB. 2017, 124f. Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior. Instituição de Ensino: Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa), João Pessoa, 2017.
27 OLIVEIRA, Angelita Grenfell Quirino de. Ensino superior, expansão e evasão: o caso do curso de licenciatura em pedagogia (presencial) da UFPB – Campus I. 2017, 119f. Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior. Instituição de Ensino: Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa), João Pessoa, 2017.
28 DUARTE, Tarcisia Carolina Roberto Silva. Desempenho Acadêmico e Retenção no Curso de Física: Percepção de Docentes e Discentes. 2019, 223f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
29 ETHUR, Felipe Batista. Evasão discente em cursos de graduação do campus Itaqui da Unipampa: análise das causas e propostas de ações. 2018, 216f. Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.
30 FONSECA, Franklandia Leite Moreira. Evasão no ensino superior: a socialização acadêmica interrompida no mundo universitário da UFRN. 2019. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.
31 MARTINS, Melina Klitzke. Fatores associados à evasão e conclusão de curso na educação superior brasileira: uma análise longitudinal. 2022, 238f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
32 CARVALHO, Daniele da Rocha. Evasão no curso de ciências contábeis da UFRN: perfil e trajetória acadêmica dos estudantes evadidos e sua relação com os processos seletivos (vestibular e SiSU). 2022. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.
33 CAMPOS, Liliâne Carla. Políticas de permanência estudantil em cursos de licenciaturas no período de 2007 a 2017: a experiência da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. 2018, 225f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.
34 FONSECA, Greice Lopes Maia. Indicadores de evasão e baixa procura nos cursos de licenciatura do IFFAR – campus São Vicente do Sul: rearticulações na gestão. 2018, 268f. Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

35 SANTOS, Debora Sirno. Desempenho, evasão e permanência dos alunos indígenas e negros quilombolas ingressantes pelo UFGINCLUI da Universidade Federal de Goiás – regional Jataí. 2017, 240f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal de Goiás. Jataí, 2017.
36 ARIIVALDO, Thainara Cristina de Castro. O Sistema de Seleção Unificada e a escolha pelas licenciaturas na Universidade Federal de Viçosa. 2018, 132f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
37 DUARTE, Roberta Gonçalves. A licenciatura em educação do campo da UFES e os desafios da permanência campesina no ensino superior. 2019, 260f. Mestrado Profissional em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.
38 CARVALHO, Larissa Almeida Schitini de. Acesso e permanência de estudantes cotistas no curso de bacharelado em direito da Universidade Federal de Viçosa/MG (2014-2018). 2019, 188f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.
39 LUCENA, Camila Lais Gonzala. Itinerários acadêmicos na assistência estudantil: um estudo sobre a Universidade Federal Rural de Pernambuco. 2021, 111f. Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior. Instituição de Ensino: Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa), João Pessoa, 2021.
40 BORGES, Raquel Silva. Políticas públicas de acesso à educação superior: o Sistema de Seleção Unificada na Universidade Federal de Uberlândia (2010-2019). 2020, 140f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

Das teses e dissertações encontradas, 5 (cinco) foram defendidas em 2017; 7 (sete) em 2018; 14 (catorze) em 2019; 4 (quatro) em 2020; 3 (três) em 2021; 6 (seis) em 2022; 1 (uma) em 2023. Dos trabalhos, 17 (dezesete) foram mestrado acadêmico; 16 (dezesesseis) mestrado profissional e 7 (sete) teses. As universidades envolvidas foram: Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal do Cariri, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Acre, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal da Fronteira do Sul, Universidade Federal de Lavras, Universidade Federal de Viçosa, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal da Grande Dourado, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal de Campina Grande, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal de Uberlândia e Universidade Federal do Espírito Santo.

Apesar de terem sido selecionados, inicialmente, 40 (quarenta) trabalhos, para este estudo, serão apresentadas apenas as produções decorrentes dos anos de 2022 e 2023, no caso sete pesquisas.: quatro de doutorado e três de mestrado. A exposição foi feita pelo resumo e, em caso de dúvidas, pela leitura parcial ou integral do trabalho. A não apresentação dos demais se deve em função de esta pesquisa ter sido iniciada recentemente (2024 1), isto é, estar em etapa incipiente.

O trabalho de Santos (2023), resultado de um mestrado profissional no Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, tem como foco analisar como a gestão tem lidado com a retenção e a evasão em dois cursos - Pedagogia e Ciências Agrárias - na modalidade presencial do Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias (CCHSA), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O estudo caracteriza-se como pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa e

quantitativa. A coleta de dados envolveu trabalho documental e aplicação de questionário. A análise de conteúdo subsidiou o olhar sobre os dados obtidos. Por fim,

Os resultados gerais apontam alguns elementos importantes, para subsidiar análises e reflexões por parte da gestão acadêmica e administrativa do CCHSA e da UFPB: a consolidação da assistência estudantil, desde o início até a conclusão; o fortalecimento das redes de apoio, para os estudantes vulneráveis e aos ingressantes; e reforço dos vínculos institucionais podem contribuir para o controle, o acompanhamento e o monitoramento da retenção dos estudantes, minimizando a possibilidade de evasão (Santos, 2023, p. 9).

Já a pesquisa de Jacinto (2022), resultado do mestrado profissional em Educação pela Universidade Federal de Lavras, caracteriza-se como pesquisa exploratória e descritiva e busca responder a uma questão atrelada às políticas afirmativas para ingresso no ensino superior na licenciatura partir do aumento de vagas para estudantes pretos ou pardos de baixa renda. Para isso, analisa artigos dos últimos cinco anos, documentos como o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia (presencial e EaD) e entrevista 4 (quatro) estudantes cotistas e 2 (dois) coordenadores. Como resultado, aponta mudanças no espaço da Universidade em função da ampliação de acesso do pessoas negras a ele, a existência de política de permanência em âmbito social e a não existência dessa política em âmbito racial.

A pesquisa de Bento Júnior (2022), caracterizada como descritiva, de abordagem quantitativa, que resultou no mestrado em Educação na Universidade Federal de Viçosa, procurou “conhecer, descrever e analisar os processos de evasão [...], reorientação da escolha do curso superior e integração dos estudantes [...], selecionados no SiSU 2018, com pontuações elevadas no ENEM” (Bento Júnior, 2022, p. 7). A amostra foi constituída por 460 (quatrocentos e sessenta) estudantes, “sendo os 5 primeiros colocados na ampla concorrência e nas modalidades de cota no SiSU 2018 que ainda estão matriculados na UFV”. Os resultados obtidos mostram que:

[...] os cursos de menor prestígio são mais afetados pela evasão, que a reorientação da escolha de curso é mais comum entre estudantes da ampla concorrência, especialmente do sexo masculino. As mulheres negras possuem notas menores na graduação, mostrando a perpetuação do racismo estrutural e da desigualdade de gênero. Outro achado diz respeito aos egressos da rede federal, que são aqueles que mais reorientam suas escolhas, seguidos pelos alunos da rede privada. A saída de cursos de alto prestígio para outros de menor, bem como o inverso foram analisadas indicando que a reorientação de escolha acompanha a preparação para um novo vestibular e a redefinição do projeto destes estudantes. (Bento Junior, 2022, p. 7).

- Santos Junior (2022) desenvolve uma tese em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados com objetivo de analisar as políticas de controle da evasão nas Universidades Federais, tendo em vista mecanismos de indução nas políticas educacionais nacionais. Para esse fim, foi realizada análise documental de 36 (trinta e seis) Universidades Federais, sendo selecionadas três delas – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e a Universidade Federal do Pampa (Unipamp) - para entrevistas com gestores. Houve entrevista ainda com um docente da UFG envolvido na implementação do projeto interinstitucional Sissa, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), para a redução da evasão. Como resultado, a pesquisa assegurou que:

[...] não há a efetivação de institucionalização de políticas de controle à evasão no conjunto de universidades analisadas, embora se verifiquem algumas delas adiantando passos no percurso do processo. Argumenta-se que os gestores, especialmente aqueles vinculados aos setores de ensino de graduação, adquirem papel fundamental para a mobilização que configure a institucionalização de políticas internas voltadas para o controle da evasão, processo este que paradoxalmente é passível de rupturas conforme se modifica o quadro de gestores, mesmo que as definições de política nacional, indutivamente, atrelem a ocorrência do fenômeno ao recebimento de recursos pelas universidades. Nesse sentido, o processo de institucionalização de políticas para controle da evasão é induzido pelo órgão gestor central e sua efetividade é dependente de ações de gestores no contexto interno, o que indica para a necessidade de sua apreensão na dialética da relação entre mobilização e decisões locais e a sua configuração no conjunto das políticas nacionais formuladas para o contexto das universidades federais (Santos Junior, 2022, p. 7).

Fachinetti (2022), em seu doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, a partir de uma abordagem qualiquantitativa, problematiza a política de expansão do ensino superior pelo Reuni, “analisando sua implementação, calculando os índices de evasão na universidade no período de 2006 a 2018, visando discutir a permanência na instituição” (Fachinetti, 2022, p. 7). Entrevistas, análise de documentos e de dados estatísticos institucionais e nacionais sobre a evasão foram feitas. Os resultados apontaram que os pressupostos do Reuni foram anteriores a sua implementação e decorrentes do projeto de expansão neoliberal:

[...] para as universidades, proposto pelo governo federal, teve seu início, na instituição pesquisada, em 2005. A investigação identificou que desde essa data a universidade analisada expandiu-se significativamente passando de um para cinco campi, mas tal expansão trouxe fragilidades na articulação dos mesmos, como a segregação intelectual. Sobre a evasão a pesquisa quantitativa evidenciou um aumento no número de alunos evadidos. Entre os anos de 2006 até 2011 a universidade alcançou as diretrizes do Programa, mantendo sua taxa média abaixo de 10%, mas a partir do ano de 2012, os índices aumentaram, não atingindo mais os 10%. Com a finalização do Reuni os números de expansão de vagas e evasão não diminuíram, assim verificou-se que a universidade pública está descontínua e financeiramente instável, o que acaba prejudicando toda a estrutura que permeia a permanência do aluno de graduação. Os resultados da pesquisa indicaram ainda que a expansão possibilitou acesso às camadas populares que antes não tinham muitas condições para ingressar no ensino superior, aumentou a oferta de educação em lugares que não ofereciam essa modalidade de ensino, e o número de empregos, principalmente para a classe de docentes e pesquisadores. (Fachinetti, 2022).

A pesquisa de Martins (2022)^[2], proveniente de doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, promove uma análise da evasão e conclusão no ensino superior por meio de bases de dados do INEP e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Três objetivos foram buscados: a) descrever padrões de evasão e conclusão de curso via diferenciação entre sistemas, como área do conhecimento, grau, modalidade, rede. O retorno temporal foi de 2010 a 2014; b) “analisar se fatores educacionais e de escolha de curso, origem sociodemográfica e integração acadêmica estão associados à evasão nos três primeiros anos do estudante na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)” ; c) analisar os fatores que levam à evasão precoce e não término do curso em diferentes cursos de graduação da UFRJ. O corpus de coleta de dados foi ingressante do primeiro semestre de 2014. Os resultados encontrados seguem descritos a seguir:

[...] no Brasil a taxa média dos estudantes que desistiram dos cursos no tempo de integralização foi de aproximadamente 50%. Em média, a taxa dos estudantes que evadiram no primeiro ano do curso foi de 10% a 12%. A taxa média da conclusão do curso no tempo certo para o Brasil girou em torno de 30% a 32%. Ao acrescentar mais um ano para o estudante concluir o curso a taxa média passou para aproximadamente 36%. Além disso, foi observado que as taxas médias de fluxo na educação superior brasileira são heterogêneas, ou seja, mudam conforme adiciona-se as características do sistema. [...] os momentos de maior risco de evasão foram o primeiro, o segundo e o quinto semestre das trajetórias dos estudantes nos cursos. Os fatores que se mostraram associados à evasão foram os educacionais e de escolha de curso, e o Coeficiente de Rendimento acumulado por semestre, que neste estudo se configurou como proxy de integração acadêmica. Esses achados revelam a importância de entender processos decisórios de entrada e continuação dos estudos. [...] Os resultados indicam que 12% da evasão precoce e 19% da conclusão do curso pode ser explicada pela diferença entre os cursos. Isso significa que os estudantes têm maiores probabilidades de evadirem precocemente ou se graduarem em alguns cursos do que em outros. Portanto, para a coorte analisada, os cursos importam e ajudam a elucidar as probabilidades de evasão precoce e de conclusão do curso.

Por fim, a pesquisa de Carvalho (2022), doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como descrito no título, teve como objetivo analisar as mudanças no perfil e na trajetória dos estudantes evadidos do curso de ciências contábeis da UFRN, considerando, para isso, a relação entre forma de ingresso: SiSU e vestibular. A coleta de dados envolveu análise documental e entrevista com todos os estudantes ingressantes de 2013 que evadiram do curso. O número de estudantes evadidos em 2013 1, via ingresso vestibular, foi de 28 (vinte e oito); via ingresso SiSU, em 2013 2 (Sisu), foi de 51 (cinquenta e um). Uma diferença bastante salutar, como destaca a autora. Em relação aos perfis, notou-se aumento de alunos solteiros e do gênero feminino. Os evadidos que ingressaram pelo SiSU já eram graduados ou estudantes de outros cursos; contribuiu para a evasão a mobilidade; houve acréscimo do número de evadidos em função do contexto socioeconômico e da nota do ENEM. Outros fatores foram: “problemas associados ao processo de ensino-aprendizagem, as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores, a não adaptação ao curso e a aspiração por outro curso, enquanto os motivos que mais influenciaram os evadidos ingressantes pelo vestibular foi a necessidade de trabalhar” (Carvalho, 2022, s/n). A autora ainda destacou a necessidade de revisão do SiSU quanto à escolha do curso.

Considerações finais

A evasão tem sido objeto de estudo e de atenção desde a década de 1990, como mostrou o estudo de Paula (2021). A partir de um recorte mais atualizado, de 2017 a 2023, 40 (quarenta) trabalhos foram, inicialmente, identificados. As temáticas ali envolvidas abarcaram desde evasão por curso, por grau, até evasão num sentido mais amplo. Pesquisas buscaram entender a evasão em cursos específicos, como, por exemplo, em Ciências Contábeis na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em Agronomia no Universidade Federal do Cariri; como também em cursos de licenciatura na Universidade Federal do Acre, em cursos de bacharelado em Ciências Exatas na UFJF. Mais que isso, pesquisas tentaram compreender desempenho e evasão de cotistas negros; abandono e evasão pós-expansão de acesso ao ensino superior, isto é, pós-Reuni; evasão e orientação vocacional; evasão e persistência de alunos de graduação dentre outros. Isso tudo revela uma preocupação cujo objeto se amplia, não limitando-se apenas a pensar a evasão por recorte estreito.

As pesquisas analisadas apontaram alguns caminhos e descaminhos, explicitaram desafios que ainda precisam ser enfrentados como garantir assistência estudantil do começo ao fim do curso; estabelecer rede de apoio para estudantes vulneráveis e ingressantes; criar (ou fortalecer) a política de permanência no âmbito racial; entender melhor a relação universidade e mercado de trabalho, já que cursos de maior prestígio têm um quantitativo menor de estudantes evadidos; instituir política de controle e acompanhamento da evasão, revisar os processos de ingresso, como SiSU, em função da mobilidade que ele gera, da escolha de curso não necessariamente desejado pelo estudante. Fatores relacionados ao processo de ensino-aprendizagem também foram citados dentre outros.

Importante salientar que a análise das demais teses e dissertações será ainda realizada, mas o objetivo de todas elas é rastrear aspectos comuns ou não a fim de encontrar caminhos para o sucesso estudantil, entendido como ingresso e conclusão do curso de graduação. Conhecer ações com esse propósito afina diálogo e encurta caminhos com vistas ao fortalecimento do ensino superior no país. Identificar, entender e analisar, por estudos científicos, maneiras de compreender a evasão amplia o escopo de possibilidades para traçar metas, no caso, políticas públicas em prol do fortalecimento dos cursos de graduação nas Universidades Federais brasileiras.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. Ensino Superior: cai de patamar o número de estudantes que conseguem concluir a graduação nas Universidades Públicas no Brasil. **Pesquisa Fapesp**, ed. 324, fev. 2023. Disponível em <<https://revistapesquisa.fapesp.br/CAI-DE-PATAMAR-O-NUMERO-DE-ESTUDANTES-QUE-CONSEGUEM-CONCLUIR-A-GRADUACAO-NAS-UNIVERSIDADES-PUBLICAS-NO-BRASIL>> Acesso em 25 jan. 2024.

- BENTO JUNIOR, Genival Souza. **A evasão, a reorientação da escolha do curso e a integração do estudante**: o caso de graduandos da UFV. 2022, 122 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Viçosa, Viçosa Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Universidade Federal de Viçosa (Campus Viçosa).
- FACHINETTI, Tamires Aparecida. **Expansão e evasão na Universidade Federal do Estado de São Paulo**: uma análise sobre o REUNI. 2022. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de São Carlos, São Carlos Biblioteca Depositária: Repositório UFSCar.
- JACINTO, Maria Goretti da Silva Martins. **Reflexos da instituição das cotas raciais e sociais nas licenciaturas de uma universidade pública brasileira**. 2022, 120f. Mestrado Profissional em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal de Lavras, Lavras Biblioteca Depositária: Repositório da UFLA.
- PAULA, Gustavo Bruno de. **Desigualdades sociais e evasão no ensino superior [manuscrito]**: uma análise em diferentes níveis do setor federal brasileiro. 2021, 208f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- SANTOS JUNIOR, José da Silva. **Institucionalização de políticas de controle à evasão em universidades federais brasileiras**. 2022, 574 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados Biblioteca Depositária: UFGD.
- SILVA, Leonardo Barbosa; MARIANO, Alexsandro Souza. A definição de evasão e suas implicações (limites) para as políticas de educação superior. **Edu**: Educação em Revista, 37,p. 1-16, 2021. Disponível em:<scielo.br/j/edur/a/Sj6fZBSKXwrbn5VdNKcnc9P/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 22 jan. 2024.
- SANTOS, Natinelle de Meneses Pinheiro. **Práticas de gestão na educação superior**: um olhar sobre a retenção e a evasão nas licenciaturas do centro de ciências humanas, sociais e agrárias da Universidade Federal da Paraíba. 2023, 262 f. Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior. Instituição de Ensino: Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa), João Pessoa Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPB.
- VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de; SILVA, Anne Patricia Pimentel Nascimento da; SOUZA, Roberta Teixeira de. O Estado da Arte ou o Estado do Conhecimento. **Educação**. Porto Alegre, v. 43, n. 3, Porto Alegre set./dez 2020. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2020.3.37452>

Notas de fim

^[1] A plataforma Sissa, financiada pela Secretaria de Educação Superior (SESU) do Ministério da Educação (MEC), foi desenvolvida na UFG com “objetivo de apoiar o combate à evasão no ensino superior”. Sobre o assunto, ver: <https://reitoriadigital.ufg.br/n/157997-ufg-recebe-visita-do-mec-e-apresenta-sistema-para-combater-evasao>

^[2] Este estudo não foi localizado na íntegra. Está disponibilizado na internet o resumo da tese, em: [Centro de Filosofia e Ciências Humanas](#). No entanto, artigos relacionados à esta pesquisa podem ser encontrados, como em: [SciELO Brasil - FATORES ASSOCIADOS À EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO LONGITUDINAL FATORES ASSOCIADOS À EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO LONGITUDINAL](#)

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Matida de Melo, K., & Inácia Alves, A. A EVASÃO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS. HOLOS, 3(41). <https://doi.org/10.15628/holos.2025.18549>

SOBRE AS AUTORAS**K. M. MELO**

Universidade Federal de Goiás. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE-UFG). Mestre e Doutora em Educação. Pesquisa nas áreas de linguagem, língua portuguesa, literatura, literatura infanto-juvenil, história da leitura, do livros, dos leitores e das bibliotecas. Atualmente atua como Diretora na Diretoria de Gestão Curricular (DGC) na Pró-Reitoria de Graduação da UFG. Em decorrência dessa função, pesquisa ainda sobre evasão, permanência e curricularização da extensão.

E-mail: k_mcosta@ufg.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1024-0986>

A. I. ALVES

Universidade Federal de Goiás. Possui Licenciatura em História (UESB), Licenciatura em Letras, mestrado em Sociologia pela UFPR e doutorado em Educação pela UFG. Atualmente é Professora Associada da FACULDADE DE EDUCAÇÃO -UFG. Atua na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE, na linha IV: Formação, Profissionalização Docente e Trabalho Educativo. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em: trabalho, história, formação docente, educação do campo e movimentos sociais. Coordenou o Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFG entre os anos 2014 e 2018 e foi Vice-diretora da FE entre os anos 2018-2021. Foi avaliadora do PNLD de livros didáticos de História. É avaliadora de comissão própria de avaliação do INEP. Participa como representante institucional do Comitê Estadual do Campo e da Comissão Estadual da Educação do Campo do Estado de Goiás. É diretora da Diretoria de Desenvolvimento e Acompanhamento à Docência - DADD (PROGRAD). É consultora na atualização do Thesaurus Brasileiro da Educação (Brased), do Banco de Dados Terminológicos do Setor Educacional do Mercosul (BDT SEM) e no Projeto de Dicionário da Educação e Formação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), parceria entre o INEP e a UNESCO.

E-mail: amone_alves@ufg.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3131-6230>

Editora Responsável: Francinaide de Lima Silva Nascimento
Pareceristas Ad Hoc: Arlete Ramos dos Santos e Fernanda Barros



Recebido 5 de janeiro de 2024
Aceito: 1 de dezembro de 2025
Publicado: 22 de dezembro de 2025